

empréstimos compulsórios

@beatriznamiestudies

natureza jurídica

→ nem sempre foram considerados como uma espécie tributária. De acordo com a **Súmula 418 / STF** : "o empréstimo compulsório não é tributo, e sua arrecadação não está sujeita a exigência constitucional da prévia autorização orçamentária".

art. 148 CF

→ características

↳ trata-se de um **tributo instituído exclusivamente pela União**, e consiste em uma arrecadação coativa de determinada quantia a título de empréstimo, sendo a aplicação do produto arrecadado vinculada à despesa que fundamentou sua criação.

▷ incidência do tributo (vinculação):

1- despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

2- investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

* o empréstimo compulsório pode ser instituído somente nos **casos excepcionais** previstos de forma expressa no **art. 148 CF**.

* o empréstimo compulsório se sujeita ao **princípio da legalidade** estrita, devendo ser instituído por lei complementar.

▷ Princípio da anterioridade:

- destinado a suportar **despesas extraordinárias** decorrentes de calamidade pública ou de guerra externa, o empréstimo compulsório pode ser exigido de forma imediata.

art. 15 CTU

→ a legitimidade do empréstimo compulsório depende da eventual devolução do importe arrecadado.